

MONUMENTUM

TJDFT – PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
SGIC – NUAMI – ANO XI, Nº 58, JAN/MAI DE 2021



A INSTALAÇÃO DO

PJe PROCESSO
JUDICIAL
ELETRÔNICO

NO TJDFT

MODERNIZAR É
PARTE DO PROCESSO

A edição 58 do informativo histórico Monumentum apresenta a história do Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. No ano de 2020, esta Casa de Justiça chegou à incrível marca de dois milhões de processos eletrônicos.

Preconizado pela Lei 11.419/2006 e instituído pela Resolução 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o PJe foi implementado em 25 de julho de 2014, conforme a Portaria Conjunta 53/2014, na gestão do então presidente Desembargador Getúlio de Moraes. Desde seu discurso de posse na presidência, o magistrado havia assumindo o compromisso de desenvolver novas tecnologias: “É tempo de nos desvencilharmos de velhas práticas processuais e de antigos métodos de trabalho. Lutaremos por uma justiça moderna, eficiente, transparente e com foco no alvo principal, o jurisdicionado”.

A implantação do PJe no TJDFT foi prevista no Plano de Gestão do Biênio PLABI 2012-2014, por meio do Projeto de Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe/ PROPJE, como parte do Programa de Manutenção e Aperfeiço-

amento dos Sistemas Judiciais, tendo como unidade gestora a Secretaria-Geral do Tribunal.

O sistema foi implantado inicialmente nos Juizados Especiais de Brasília. Às 11 horas, 31 minutos e 44 segundos de uma sexta-feira, 25 de julho de 2014, o primeiro processo judicial eletrônico foi recebido pelo Sistema PJe e distribuído ao 6º Juizado Especial Cível de Brasília. Seis segundos depois, foi devidamente autuado e encaminhado ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Brasília.

A primeira sentença em um Processo Judicial eletrônico no TJDFT foi prolatada menos de uma hora

após a distribuição do feito e o processo foi extinto 21 horas depois de ter sido distribuído, ainda em julho de 2014. Tratava-se de uma ação de execução de título extrajudicial que teve sua inicial indeferida por não preencher os requisitos legais exigíveis para deflagração da demanda perante os Juizados Especiais. A sentença foi proferida pela juíza Sandra Reves Vasques Tonussi, do 6º Juizado Especial Cível de Brasília. Coincidentemente, a mesma vara havia sido sorteada para receber o primeiro processo ajuizado por meio do PJe. Reconhecida como marco importante, a sentença compõe o acervo histórico do Tribunal e encontra-se exposta no Memorial TJDFE – Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte, desde 18 de novembro de 2014.

Gradativamente o PJe foi sendo implantado pelo Tribunal até que, em 14 de novembro de 2019, chegou a todas as unidades judiciárias de 1º e 2º Graus.

SUSTENTABILIDADE E ECONOMICIDADE

Desde o começo, o Tribunal se mostrou consciente dos diversos benefícios alcançados com a instalação do PJe. Ainda no primeiro mês, o sistema já havia economizado o consumo e a impressão de 28 mil folhas de papel, o equivalente à preservação de 3 árvores de grande porte. Quando registrou o quingentésimo milésimo (500.000º) Processo Judicial Eletrônico, em 2 de fevereiro de 2018, o TJDFE já havia evitado o uso de mais de 30 toneladas de papel, medida que acarretou a redução de gastos com transporte e armazenamento de autos. Além disso, com a migração dos processos judiciais para o meio digital, só no ano de 2020, o TJDFE deixou de gastar cerca de R\$ 32 milhões, valor que precisaria ser despendido caso todos esses feitos tivessem sua tramitação ainda em meio físico.



MARCOS

Às 14 horas, 31 minutos e 46 segundos de 15 de agosto de 2014, exatos 15 dias úteis após a implementação do sistema, foi protocolado o milésimo processo judicial eletrônico no TJDFE.

APÓS 15 DIAS

1 0 0 0

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

O feito distribuído para o 1º Juizado Especial Cível do Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes dizia respeito à uma rescisão contratual com dano moral.

Durante o primeiro ano de utilização do PJe, 28.381 processos foram distribuídos, 19.455 sentenças prolatadas e 16.839 decisões proferidas. Os usuários apresentaram, pela internet, 15.260 petições iniciais e 92.565 petições intermediárias. As partes firmaram um total de 2.825 acordos. Na 2ª Instância, houve a distribuição de 2.050 processos e a publicação de 449 acórdãos.

Precisamente às 16h24, do dia 26 de outubro de 2015, o quinquagésimo milésimo 50.000º Processo Judicial Eletrônico - PJe, um pedido de indenização por dano material em acidente de trânsito, foi distribuído ao 1º Juizado Especial Cível de Planaltina. Dois segundos após sua distribuição, teve audiência de conciliação designada.

Em 13 de maio de 2016, o TJDFE alcançou a marca dos 100 mil processos eletrônicos distribuídos. O sistema PJe já funcionava nos Juizados Especiais Cíveis de Brasília, Taguatinga, Ceilândia, Guará, Planaltina e Águas Claras; nas áreas cíveis dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Santa Maria e Gama; nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais; nos três Juizados de Fazenda Pública, nas duas Varas de Precatórias do Distrito Federal e nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania dos Fóruns Leal Fagundes, Taguatinga, Ceilândia, Planaltina, Gama, Guará, Águas Claras e Núcleo Bandeirante.

De todos os processos distribuídos no TJDFE em 2016, 19,2% foram eletrônicos. Ao longo do ano, 120.625 processos foram iniciados por meio do Processo Judicial Eletrônico - PJe e 507.616 foram recebidos fisicamente. No final daquele ano, o PJe já funcionava em 61 das 226 unidades judiciárias de 1º e 2º Graus do TJDFE. Isso equivalia a 26,99% das unidades trabalhando com o processo eletrônico. Em 13 delas, o PJe foi implantado em 2014; em 10, no ano de 2015; em 38, ao longo de 2016.

No dia 1º de setembro de 2017, o PJe chegou à totalidade das varas cíveis, de família, de órfãos e sucessões, de registro público, de meio ambiente e de falências do TJDFT. Naquele dia, o sistema foi implantado em 48 novas serventias e 12 Serviços de Distribuição de 19 Fóruns.

Na sexta-feira, 20 de outubro de 2017, o TJDFT distribuiu o primeiro Habeas Corpus por meio do Processo Judicial eletrônico – PJe. A relatoria do processo nº 0714308-38.2017.8.07.0000 ficou sob a responsabilidade da desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito, da 1ª Turma Criminal.

O TJDFT foi o primeiro Tribunal do país a implementar o PJe na área criminal da 2ª Instância. Em 9 de novembro de 2017, foram levados às sessões das Turmas Criminais, e julgados com êxito, 6 processos na 1ª Turma Criminal, 12 na 2ª Turma e 6 na 3ª Turma. Na 1ª Turma Criminal, dois grupos de acadêmicos de Direito, da UnB e do UniCeub, prestigiaram esse momento histórico. A sessão foi presidida pela desembargadora Sandra De Santis, então presidente daquela Turma.

Desde o dia 22 de março de 2018, o Processo Judicial Eletrônico – PJe passou a funcionar nas oito Varas Criminais de Brasília, sendo que o primeiro processo distribuído pelo sistema foi uma ação de restituição de coisas apreendidas, remetida para a 8ª Vara Criminal, às 13h52. Coincidentemente, quase um ano depois, também foi uma ação de restituição de coisas apreendidas, o primeiro processo a tramitar no Tribunal do Júri de Brasília pelo PJe, sendo autuada no dia 22 de abril de 2019.



do um milhão foi fruto do trabalho incansável de todas as unidades judiciárias e dos esforços conjuntos de digitalização, promovidos pela Presidência, Vice-Presidências e Corregedoria, com o suporte técnico de equipes das áreas de Tecnologia da Informação e o apoio da Administração. Sobre essa conquista, o então Presidente do TJDFT, desembargador Romão C. Oliveira, registrou que a notícia era alvissareira, sendo motivo de bastante alegria: “Um milhão de processos no PJe equivale a muitas toneladas de processos em papel”. Também ressaltou Celso de Oliveira Neto, secretário-geral do TJDFT: “Se uma folha de papel A4 possui 0,06237 m² e já no dia 14 de março haviam sido digitalizados 3.495.400 páginas, tínhamos 218.008 m² de papel. Um campo de futebol do tamanho do estádio do Mineirão mede 8.140 m². Portanto, o PJe já tem o equivalente a mais de 27 Mineirões cheios de processos tramitando em sua base”, comparou ele, com humor, parabenizando o feito das equipes.

No dia 14 de novembro de 2019, ao ser implementado na Turma de Uniformização, o PJe passou a estar presente em 100% dos órgãos julgadores do TJDFT.

RECEPÇÃO

O PJe foi muito bem recebido pela população e teve reconhecido suas vantagens pelo jurisdicionado. Veja-se que, em março de 2017, o TJDFT recebeu mensagem de e-mail do advogado Gabriel Valente, do escritório Ribeiro & Meireles Advogados Associados, externando sua satisfação com a celeridade de ação que tramita por meio do PJe e com o sistema em si. Narrou o advogado: “Eu distribuí uma ação de reintegração de posse com pedido liminar hoje (17/3), para a 13ª Vara Cível de Brasília, às 16h46, e a liminar foi concedida às 17h25, ou seja, com menos de 40 minutos”. Continuou dizendo que já utilizava o PJE desde que o sistema começou a ser implantado nos Juizados Especiais e que, inclusive, esperou para ajuizar a ação no dia 17 de março, data em que o PJe passou a funcionar nas Varas Cíveis de Brasília.



A incrível marca de um milhão de processos distribuídos no PJe foi alcançada em maio de 2019. O milionésimo processo foi distribuído às 23h24, do dia 8 de abril, para a 2ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília, e coroou a trajetória de sucesso do sistema na Justiça do Distrito Federal. A marca



Comissão formada por diretores técnicos do Poder Judiciário de Moçambique

Ressaltou que o sistema permite ao advogado acompanhar as ações com mais facilidade e visualizar as decisões imediatamente após serem proferidas, assinadas eletronicamente e lançadas no sistema. Satisfeito com a celeridade da ação, o advogado compareceu pessoalmente à Vara e lá reiterou seu elogio: “A cada dia que uso o sistema PJe, tenho plena convicção de que esse é o caminho certo para que o processo ande mais rápido”, concluiu, lembrando ainda a importância do PJe para a preservação do meio-ambiente, na medida em que dispensa o uso de papel.

O PJe também atingiu sucesso internacional. Visando a instalação de sistema similar em Moçambique, o TJDFDT recebeu uma comissão formada por diretores técnicos do Poder Judiciário daquele país, na tarde de 9 de setembro de 2016. Composta por quatro integrantes, a comissão veio conhecer de perto o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico – PJe no Tribunal. O desembargador Flávio Rostirola, que à época era presidente do Comitê Gestor do PJe no TJDFDT, foi o responsável por recepcionar os visitantes, que receberam informações técnicas do Secretário do PJe.

UM SISTEMA EM CONSTANTE EVOLUÇÃO

Durante os quase sete anos de funcionamento do PJe no TJDFDT diversas melhorias foram desenvolvidas, assim como também houve uma maior integração dele a outros sistemas. Como exemplo é possível citar os sistemas PJe Docs; PJe Arq; CEMAN; SIGOC e SAPRE.

Outro excelente exemplo é o caso dos alvarás de levantamento eletrônicos, que com a integração ao sistema BANKJUS-PJe, serão expedidos diretamente no PJe e, após a assinatura do magistrado, encaminhados à instituição bancária eletronicamente via Webservice. Esta modalidade de expedição tornará o pro-

cedimento de expedição e envio ao banco muito mais rápido e seguro, haja vista que o sistema realiza a validação da assinatura digital do Magistrado na base de dados do TJDFDT e do banco.

A história dos processos judiciais eletrônicos no TJDFDT está sendo escrita no cotidiano de trabalho da instituição e nas relações com os jurisdicionados e com outros órgãos. Muitos outros marcos estão por vir, juntamente com as constantes evoluções do próprio sistema e dos softwares integrados. Tudo isso em busca de eficiência e de um atendimento de qualidade, para promoção da paz social.

PJe

Processo Judicial Eletrônico

Nova marca do PJe, criada em abril de 2020

Em abril de 2020, durante o Programa de Formação para Automação Avançada no PJe, o presidente do CNJ e Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, apresentou a nova logomarca do PJe, ressaltando aquilo que ela representa:

“Queremos demonstrar a evolução do sistema, que passa a se apresentar como conceito de plataforma, a partir do desenvolvimento de diversos projetos de melhoria da infraestrutura, inovação, expansão de módulo, robotização e o uso da inteligência artificial.”



FONTES DE PESQUISAS:

Site TJDFT:

- > [TJDFT atinge 2 milhões de processos judiciais eletrônico](#)
- > [TJDFT profere primeira sentença em Processo Judicial eletrônico](#)
- > [Processos judiciais eletrônicos já começam a tramitar no TJDFT](#)
- > [TJDFT recebe o milésimo processo judicial eletrônico](#)
- > [Processo Judicial Eletrônico do TJDFT: uma boa razão para celebrar o Dia da Árvore!](#)
- > [Primeira sentença eletrônica do TJDFT compõe acervo histórico](#)
- > [PJe completa um ano com 28,3 mil processos distribuídos](#)
- > [Processo Judicial Eletrônico chega às Varas de Precatórias do DF](#)
- > [TJDFT – PJe ultrapassa a marca dos 100 mil processos distribuídos](#)
- > [TJDFT distribui mais de 19% dos processos por meio eletrônico em 2016](#)
- > [PJe - TJDFT recebe elogio de advogado por celeridade de ação](#)
- > [Comissão de Moçambique conhece PJe do TJDFT](#)
- > [PJe no TJDFT](#)
- > [TJDFT distribui primeiro habeas corpus por meio do PJe](#)
- > [Turmas Criminais do TJDFT julgam primeiros processos eletrônicos](#)
- > [PJe chega a 500 mil processos distribuídos no TJDFT](#)
- > [PJe começa a funcionar nas varas criminais de Brasília em 22/3](#)
- > [TJDFT comemora um milhão de processos distribuídos no PJe](#)
- > [PJe começa a funcionar no Tribunal do Júri de Brasília](#)
- > [Juiz do TJDFT profere primeira sentença oral em processo judicial eletrônico criminal](#)
- > [PJe chega a 100% dos órgãos julgadores do TJDFT](#)

Site Biblioteca Nacional Digital Brasil:

- > [Correio Brasiliense, de 25/7/2014 - TJDFT entra na era digital](#)

Site CNJ:

- > [Nova marca do PJe é lançada em webinar sobre automação](#)

Memorial TJDFT

Acompanhe o calendário de exposições e o acervo digital do Memorial TJDFT, clique [aqui](#) e acesse.

EXPEDIENTE

Des. Romeu Gonzaga Neiva
Presidente

Desa. Ana Maria Amarante Duarte Brito
1º Vice-Presidente

Desa. Sandra De Santis
2º Vice-Presidente

Desa. Carmelita Brasil Dias
Corregedora

Núcleo de Apoio à Preservação da Memória Institucional – NUAMI
Conteúdo e Redação

Assessoria de Comunicação Social – ACS
Projeto Gráfico e Diagramação